

Câmara Municipal de Conceição de Macabu - RJ - Conceicao de Macabu - RJ Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



| | | ~ | 10000/07/00000175 |
|----------|--------------------|---------------|-------------------|
| COMPROVA | NTE DE PROTOCOLO - | Autenticação: | 12022/06/020001/5 |

| COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12022/06/02000175 | | | | |
|--|--|--|--|--|
| Número / Ano | 000175/2022 | | | |
| Data / Horário | 02/06/2022 - 15:36:37 | | | |
| Ementa | Objetiva o cumprimento da Lei Complementar 191/2022 que garantiu aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios o pagamento anuênios, triênios, quinquênios, licença- premio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal. | | | |
| Autor | Guta | | | |
| Natureza | Legislativo | | | |
| Tipo Matéria | Indicação | | | |
| úmero Láginas | 2 | | | |
| Número da Matéria | 80 | | | |
| Emitido por | AndreaFarias | | | |



INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 80/2022

Autor: Carlos Augusto Barbosa

Indico a V. Exa., na forma regimental, após aprovação do Plenário, que seja encaminhado ao Poder Executivo, na pessoa do Prefeito Municipal objetivando o cumprimento da Lei Complementar 191/ 2022 que garantiu aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o pagamento anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço durante a vigência da Lei complementar 173, a partir de 1º de janeiro de 2022.

JUSTIFICATIVA

A medida visa assegurar aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, direito consagrado na impositiva Lei Complementar 191/2022, que garantiu o pagamento de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço durante a vigência da Lei complementar 173, retroativo a 1° de janeiro de 2022.

Certo de contar com aprovação pelos Nobres Edis da presente indicação, e do bom senso da Exm°. Sr. Prefeito Municipal, reitero os meus votos de estima e apreço.

Conceição de Macabu - RJ, 02 de junho de 2022.

Carlos Augusto Barbosa

Vereador

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/03/2022 | Edição: 46 | Seção: 1 | Página: 1 Órgão: Atos do Poder Legislativo

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 8 DE MARÇO DE 2022

Altera a <u>Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020</u>, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

2

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta Lei Complementar altera a <u>Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020</u>, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

Art. 2º O art. 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

| "Art. | 8° | |
|-------|----|--|
| | | |
| | | |

- § 8º O disposto no inciso IX do **caput** deste artigo não se aplica aos servidores públicos civis e militares da área de saúde e da segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:
- I para os servidores especificados neste parágrafo, os entes federados ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de realizar o pagamento de novos blocos aquisitivos, cujos períodos tenham sido completados durante o tempo previsto no **caput** deste artigo, de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes que aumentem a despesa com pessoal em decorrência da aquisição de determinado tempo de serviço;
- II os novos blocos aquisitivos dos direitos especificados no inciso I deste parágrafo não geram direito ao pagamento de atrasados, no período especificado;
- III não haverá prejuízo no cômputo do período aquisitivo dos direitos previstos no inciso I deste parágrafo;
- IV o pagamento a que se refere o inciso I deste parágrafo retornará em 1º de janeiro de 2022." (NR)
 - Art. 3° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
 - Brasilia, 8 de março de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Anderson Gustavo Torres Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO PODER LEGISLATIVO CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU Gabinete da Presidência

Ofício GP nº 136/2022 Assunto: Encaminhamento

Conceição de Macabu/RJ, 03 junho de 2022.

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Conceição de Macabu Senhor Valmir Tayares Lessa

Exmº Sr. Prefeito.

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente, para encaminhar a Vossa Excelência a INDICAÇÃO LEGISLATIVA nº 079/2022, de autoria da vereadora Nathália Braga e INDICAÇÃO LEGISLATIVA nº 080/2022, de autoria do vereador Carlos Augusto Paula Barbosa.

Manifestando a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente.

Jorge Luiz da Silva Andrade

(Dhal)

Presidente da Câmara

Prefeitura Municipal de Conc. De Macabel
PROTOCOLO GERAL
Nº 9.050122
im 00 / 00 / 22
Ass.: